



«JOÃO MARIA FERREIRA DO AMARAL»

A história de uma emissão de notas em 1849 e 1950

Em 1950, chegaram à administração do Banco Nacional Ultramarino relatórios da filial em Macau que reportavam o aparecimento de várias falsificações de notas de 100 patacas, da emissão em curso nessa ex-colónia.

Em resposta foi comunicado por aviso para a recolha das notas desse valor. Ao mesmo tempo, começou-se a projetar nova emissão de notas para substituir essa denominação.

Desde a conceção, passando pela produção e pelo transporte, esta foi uma emissão que sofreu vários percalços até ser colocada finalmente em circulação.

O BNU, através do departamento da Inspeção Geral do Ultramar, enviou dia 28 de setembro de 1950, o pedido de encomenda para notas de 100 patacas

a duas casas fabricantes inglesas: Bradbury, Wilkinson & Co. Ltd. e Waterlow & Sons Ltd..

Para effígie a figurar na nota foi selecionada a figura do governador colonial de Macau, Ferreira do Amaral. Como de costume neste tipo de pedido, o banco descreveu os elementos que compunham a nota, desde desenhos, símbolos, marcas de água, tanto para a frente como o verso. Para o verso, optou-se por uma gravura do Arco das Portas do Cerco. De modo a que o fabricante pudesse começar a elaborar os desenhos - modelos, em conjunto com a carta de encomenda seguiram duas fotografias – uma do Arco, outra de Ferreira do Amaral.

João Maria Ferreira do Amaral foi oficial superior da Marinha portuguesa no século XIX. Tinha prestado serviço no Brasil (onde perdeu um braço numa batalha, em 1823) e em Angola, antes de tomar posse como governador de Macau, a 21 de abril de 1846. Um dos motivos para a sua nomeação era aplicar o decreto real de 1845, que transformava Macau num porto franco – à semelhança do que havia sucedido em Hong Kong, no ano de 1842.

Macau tinha saído da alçada administrativa do Estado da Índia Portuguesa em 1844 e o governo central procurava, assim, assumir este território como uma colónia em vez de apenas um porto tributário do Imperador chinês. À data, existia uma alfândega chinesa – de nome “Ho-Pu” – imposta pelos mandarins de Cantão (Guangzhou) e que tributava todas as



mercadorias em trânsito dos comerciantes chineses, retirando estes, dividendos da tesouraria do governo colonial.

A alfândega portuguesa lidava somente com as mercadorias que vinham dos mercados internacionais. Outra das imposições dos mandarins eram as limitações ao crescimento urbanístico e à entrada de novos cidadãos em Macau.

Foi neste contexto político que o mandato de Ferreira do Amaral começou a ter efeito no alterar das posições de poder existentes.

Uma das suas primeiras investidas foi a ocupação armada das ilhas de Coloane e da Taipa para, deste modo, poder contrariar as limitações demográficas que existiam em Macau. Mandou erguer fortificações e estradas entre os muros da cidade e as Portas do Cerco (fronteira informal que ligava a península de Macau à China continental). Outra ação tomada e que requereu algum tato a executar foi a ordem de remoção dos túmulos chineses, que existiam em grande número fora das muralhas e que congestionavam os acessos da cidade.

Uma das principais iniciativas foi o fim do pagamento do foro de chão pelo uso do porto de Macau. Esta mudança teve também o ato simbólico de efetivar a soberania de Portugal sobre o território macaense, uma vez que deixava de pagar tributo ao Império Chinês nas pessoas dos mandarins locais. Seguiu-se a expulsão de vários mandarins do território sob a acusação de cobrança de taxas ilegais a navios e a comerciantes.

Após o BNU enviar por carta, em setembro de 1950, a efígie, das fotografias e da escolha das molduras, a devolução dos modelos das notas para a emissão Ferreira do Amaral sofreu alguns atrasos. Estes deveram-se à demora na expedição da parte do fabricante e a questões logísticas, relacionadas com o transporte efetuado pelos correios. Os desenhos, as amostras do papel a imprimir e o orçamento foram finalmente recebidos pelo BNU em outubro e novembro de 1950, consoante o fabricante.

Após análise da parte dos Serviços Fiduciários, o BNU atribuiu o contrato para a produção de 300 mil notas à Waterlow & Sons Ltd., por esta apresentar um orçamento mais baixo.

A 7 de março de 1951, a Inspeção Geral do Ultramar aceitou a alteração – aconselhada pelo fabricante – da marca de água para o brasão de armas da cidade de Macau em alternativa à utilização da efígie do governador. Esta modificação implicou também nova moldura para a nota. Curiosamente, foram também efetuados pedidos de correções ortográficas a alguns dizeres na nota.

No dia 2 de abril, o fabricante comunicou atrasos no início da produção por motivos de greves dos trabalhadores industriais no Reino Unido.



Tal facto conduziu à ausência de fornecimento de papel para a impressão das notas. Adicionalmente, essa escassez implicou um acréscimo no orçamento.

A administração do banco assentiu, a título excepcional, ao aumento mas somente por metade do valor exigido. A 11 de maio, o BNU reclamou a demora na entrega das provas definitivas. Nessa mesma comunicação, foi solicitado que se melhorasse a qualidade do papel a utilizar nas futuras notas, de modo a que estas ficassem mais resistentes à humidade. Tal pedido resultou de um relatório da filial de Macau que informava que tal não acontecia com a emissão que, na altura, aí circulava e que também tinha sido produzida pela Waterlow & Sons Ltd..

Em resposta, as provas definitivas das notas foram recebidas pelo banco no dia 29 de maio. Em simultâneo, foi sugerido ao banco a incorporação de um composto de resina (melamine) no papel a imprimir, para resolver a questão reportada da resistência à humidade. Essa operação teria um custo acrescido, ao qual o banco assentiu.

Após o envio dos desenhos da nota para a aprovação do Ministério das Colónias, sucedeu a interrupção da produção das notas, devido a um ofício desse Ministério recebido pelo BNU a 2 de julho de 1951. Este requeria precisamente para que não se utilizasse a efígie de Ferreira do Amaral «por evocar graves incidentes ocorridos há um século», o que faria com que as notas não tivessem uma aceitação positiva da parte da população macaense, tanto a portuguesa como a chinesa.

A 5 de março de 1849, o governador Ferreira do Amaral ordenou a extinção da alfândega chinesa, Ho-Pu. De modo a conter o êxodo dos comerciantes chineses e para impedir o boicote ao porto de Macau, o governador teve de proibir a sua saída sem uma autorização escrita que, ainda assim, implicaria a perda das suas propriedades locais, que seriam confiscadas como tendo sido abandonadas. Esta diretriz foi recebida com bastante oposição pela população chinesa, mas também pelo Leal Senado que criticou a sua política, descrevendo-a como anti-sínica. Em reação, o governador ordenou a dissolução deste órgão municipal.

Esta atitude irreduzível no cumprir das suas instruções, aliado ao ter aumentado os impostos à população (para substituir as contribuições aduaneiras perdidas) e ter forçado o recrutamento para garantir a ordem pública, geraram o descontentamento geral entre os macaenses. Os mandarins de Cantão, que haviam sido afrontados e prejudicados pelas políticas de Ferreira do Amaral, viram nesta nova disposição uma oportunidade para se vingarem do governador.



Na tarde de 22 de agosto de 1849, Ferreira do Amaral saiu a cavalo com o seu ajudante de campo, Jerónimo Pereira Leite – que mais tarde relatou o que sucedeu. O governador passou para o lado chinês das Portas do Cerco, sob o pretexto de dar esmola a uma pedinte. Nessa altura, foi assaltado, mais o ajudante, por um bando de chineses com armas brancas. Jerónimo Leite, ferido, conseguiu fugir. Pelo contrário, Ferreira do Amaral, apesar de se debater, foi desmontado e esfaqueado sucessivas vezes, acabando por morrer. O seu corpo foi encontrado desfigurado: a cabeça decepada, juntamente com a mão que lhe restava.

Como consequência ao ofício de 2 de julho de 1951 do Ministério das Colónias, o BNU solicitou verbalmente aos representantes do fabricante inglês em Lisboa para que se suspendesse a impressão das notas. Estes, dado a urgência, executaram o pedido via telegrama para Londres. A confirmação da suspensão chegou ao banco no dia 5 de julho, indicando o fabricante que ficaria a aguardar até que fosse indicada a nova efígie a aplicar.

Este revês incalculado provocou a paragem do processo de encomenda da emissão e o reiniciar da avaliação dos desenhos. O BNU, no início da projeção da emissão,

tinha ponderado duas efígies a aplicar nas notas de 100 patacas. No entanto, a efígie que havia sido preterida era do militar macaense, Nicolau Mesquita, cuja participação na “Batalha do Passaleão” também remetia para o momento histórico que

motivou a recusa da parte do Ministério das Colónias da primeira efígie apresentada. Assim sendo, o banco solicitou ao Ministério que comunicasse qual a efígie que pretendiam aplicar.

Na reação portuguesa ao assassinio do governador Ferreira do Amaral e temendo-se uma invasão chinesa do território macaense, forças militares começaram a reunir-se para fortificar posições nas Portas do Cerco.

Do lado português, a 25 de agosto de 1849, o segundo-tenente macaense, Vicente Nicolau de Mesquita, comandou um destacamento de 32 soldados, e avançaram no assalto ao forte chinês Pak-Shan-Lan (em português, Passaleão). Munidos de um morteiro e com o apoio de uma canhoeira britânica, que se encontrava ancoradas ao largo de Macau, o destacamento logrou ocupar o forte.

Na batalha, as forças portuguesas, em retaliação pelo sucedido ao governador, cortaram igualmente a cabeça e uma mão a um combatente chinês. A tomada do forte (que ficou conhecida como a “batalha de Passaleão”) constituiu um travão a qualquer pretensão que houvesse a uma invasão chinesa de Macau.



Os ânimos serenaram e a vida em Macau retornou à normalidade. Vicente Nicolau de Mesquita foi promovido na sua graduação militar. Os restos mortais de Ferreira do Amaral capturados pelos chineses foram, após sucessivos protestos do Conselho do Governo de Macau, devolvidos em janeiro de 1850, após os quais foram trasladados para Lisboa.

A 30 de outubro de 1951, o Ministério das Colónias escolheu a efígie que iria substituir a de Ferreira do Amaral para figurar nas novas notas de 100 patacas. A nova figura passava a ser o magistrado, Brum da Silveira, cujo papel de diplomata teria mais aceitação em Macau.

O BNU elaborou nova gravura, tendo por base um retrato reproduzido numa entrada na “Encyclopédia Luzo-Brasileira”. A resposta de aprovação do Ministério da nova gravura foi recebida apenas a 18 de dezembro.

O envio e comunicação ao fabricante da efígie de Brum da Silveira foram no dia 22 seguinte.

Miguel José de Arriaga Brum da Silveira viveu durante a dobragem do século XVIII para o XIX, tendo falecido, possivelmente, no ano de 1824. Estudou Leis na Universidade de Coimbra e foi designado desembargador dos agravos. Em 1802, foi colocado na Relação de Goa, onde serviu como ‘ouvidor das justiças de Macau’. Neste posto, desempenhou papel de diplomacia junto do imperador da China e a refrear os interesses britânicos no território. Introduziu a vacina em Macau e na China.

Contribuiu para a erradicação da pirataria que infestava os mares do sul da China, mediando as negociações entre os corsários e o imperador. Tal postura diplomática, de modo a integrar os antigos piratas na sociedade chinesa, granjeou-lhe muitas honras e respeito junto do imperador.

A 17 de janeiro de 1952 foi recebida pelo BNU, uma prova de nota enviada pela Waterlow & Sons Ltd., com os desenhos anteriores da nota e substituindo somente a efígie. A resposta com a aprovação da nova emissão Brum da Silveira foi enviada dois dias depois.

No dia 24 de março, o fabricante enviou as provas de notas com a efígie integrada nas molduras da nota, que ficaram iguais às provas da efígie do governador.

Tais desenhos continuam a situação curiosa do verso manter a gravura com o Arco das Portas do Cerco, que homenageava as duas primeiras efígies selecionadas pelo BNU, quando a frente passava a ter a efígie de Brum da Silveira, que não tinha qualquer relação com o referido monumento.

Nessa mesma carta enviada pela Waterlow & Sons Ltd., foi submetido à apreciação o novo valor do orçamento. Três itens aumentavam o valor: alteração da chapa de gravação; custo



de produção devido a atualização salarial dos operários fabris no Reino Unido; custo do papel de impressão. Após receberem o parecer dos Serviços Fiduciários do banco, a Inspeção Geral do Ultramar anuiu ao aumento mas recusou a parcela referente ao custo do papel, alegando que haviam suportado aumentos anteriores e que tinham a indicação, da parte do próprio fabricante, que o papel já estava na sua posse desde julho do ano anterior.

O fabricante aceitou os valores indicados pelo banco a 7 de abril.

A 23 de maio de 1952, aquando da comunicação de que as provas estavam em apreciação pelo, renomeado, Ministério do Ultramar, o BNU solicitou pequenas modificações aos dizeres nas notas. Uma das alterações relacionava-se precisamente com a reforma administrativa do Ultramar de 1951, que atribuía o estatuto de províncias ultramarinas às colónias portuguesas. Assim sendo, a expressão que surgia no verso, «Pagável na Colónia de Macau», tinha de ser modificada para «Província de Macau». Outra atualização era a data de emissão para «19 de Maio de 1952». A nova data implicava também a correção das assinaturas dos corpos gerentes do BNU, uma vez que tinha ocorrido uma alteração na administração a 11 de maio de 1951. Esta alteração tinha recuperado a normalidade estatutária do BNU, após os anos de apoio financeiro do Estado ao banco.

A nova orgânica eliminou o cargo de “Vice-Presidente do Conselho Administrativo” – que figurava nas ‘versões Ferreira do Amaral’ da nota – foi substituído pelo de “Governador”. Desta maneira, as alterações implicavam mudanças nos dizeres da nota: na nomenclatura dos cargos e na inclusão de novas assinaturas dos novos membros da administração.

Os desenhos definitivos para as novas notas de 100 patacas foram aprovados e a Inspeção Geral do Ultramar devolveu-os a 27 de junho de 1952 ao fabricante, bem como a concordância com o acréscimo no orçamento devido às alterações dos dizeres.

Após estas sucessivas contrariedades, que implicaram várias alterações ao desenho e repetidos atrasos na execução das notas, o BNU foi, por fim, informado do embarque dos caixotes com as notas encomendadas. Estas partiram de Londres a 17 de janeiro de 1953 com destino a Macau.

A conclusão de todo o processo de encomenda ocorreu quando a administração do banco autorizou a transferência do pagamento à Waterlow & Sons Ltd., a 2 de março. A emissão Brum da Silveira foi colocada em circulação em Macau algumas semanas depois. Todos estes avanços e recuos presentes no processo de encomenda, de produção e de colocar em circulação das novas notas de 100 patacas, refletiram-se localmente em Macau com a ausência dessa denominação, devido à recolha das da emissão anterior. Todo o desenrolar está também marcado pelos atos de negociação, entre o banco e o fabricante, próprios de



uma transação comercial; mas que aqui, nas cartas trocadas, traduzem-se numa linguagem mais contida e formal.

Outro fator que se deteta nesta encomenda são os momentos de alteração administrativa, tanto a nível estatal (quando o Ministério das Colónias passa a Ministério do Ultramar), como a nível da estrutura orgânica do BNU (alterações na administração de 1951).

Para além destes factos materiais, este processo tem presente a componente da Conexão sociopolítica do Estado português com a sua, então província ultramarina de Macau.

Constata-se essa relação, na medida em que o recordar dos episódios conturbados de 1849 entre Portugal e a China seria algo a evitar de modo a manter uma postura mais de diplomacia para com a população macaense no seu todo.

Nomeadamente, a escolha do ‘ouvidor das justiças’ para efigie, reflete essa opção de conciliação entre portugueses e chineses – como foi o caso de Brum da Silveira –, em detrimento de outra mais representativa da ocupação colonial – como era a visão que os macaenses tinham de Ferreira do Amaral.

Nuno Fernandes Carvalho

Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de depósitos

Novembro de 2012

Bibliografia:

“Miguel de Arriaga”.

In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2011.

Página consultada a 23 de Dezembro de 2010. Disponível [www.infopedia.pt/\\$miguel-de-arriaga](http://www.infopedia.pt/$miguel-de-arriaga)

SILVA, Jorge Manuel Moreira –“Ferreira do Amaral e a reabilitação de Macau”.

In Revista da Armada: Publicação Oficial da Marinha. Lisboa: Marinha Portuguesa. Ano XXIX N.º 323



Galeria de imagens



1. Ferreira do Amaral



2. Nicolau de Mesquita



3. Prova da frente da Nota da Emissão de Ferreira do Amaral de 1950



4. Prova do verso da Nota da Emissão de Ferreira do Amaral de 1950



5. Frente de nota de 100 patacas da Emissão Brum da Silveira de 1952



6. Verso de nota de 100 patacas da Emissão Brum da Silveira de 1952